

## **Os Direitos Humanos e a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.**

Janete Costa da Silva, Tânia S. A. Marcelino Brabo.-  
Educação 3.20- Curso de Pedagogia. Departamento de Administração e Supervisão Escolar- Faculdade de Filosofia e Ciências- Campus Marília.

Essa pesquisa foi motivada devido ao descaso e segregação com relação aos portadores de necessidades especiais e sua luta por direitos sociais. A pesquisa discutirá desde o processo histórico do reconhecimento dos direitos humanos dos portadores de necessidades especiais até o processo de inclusão, analisando de que maneira se dá a inclusão dos deficientes dentro da sala de aula e numa escola da rede estadual de ensino da cidade de Marília no Estado de São Paulo.

Segundo Bueno (1993), o século XVI é considerado a época em que se iniciou a educação dos deficientes, através da educação da criança surda. Essas pessoas eram encaminhadas aos asilos, onde permaneciam segregados sem atenção ou viviam como mendigos sobrevivendo as custas da caridade pública.

A situação dos deficientes mentais, de acordo com Bueno (1993), nesse período do século XVI, da mesma forma que os deficientes surdos elevados para os asilos, já que não estabelecia uma diferença entre eles e os loucos. Na verdade, o isolamento foi uma maneira de separar os que prejudicavam o bom andamento da organização social.

Em meados da década de 1960, segundo Bueno (1993), os centros de reabilitação proporcionaram a entrada para todos os tipos de deficiência, sendo o objetivo destes a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade bem como nos direitos garantidos igualmente a qualquer ser humano.

Na concepção de Bueno (1993), a história dos movimentos sociais dos deficientes teve seu marco inicial no ano de 1979. Toda essa trajetória de uma possível inserção na organização social vinha junto de um paternalismo que deixava os portadores de necessidades especiais segregados à margem da sociedade, sendo comum não terem voz nem voto nas decisões que diziam respeito à sua própria vida.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já garantia os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, posteriormente, foram organizadas conferências para a elaboração de Declarações como a de Salamanca (1994), Guatemala (1999), que reafirmavam o acesso tanto nas escolas regulares quanto fora, ou seja, na vida em sociedade.

A Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha em Salamanca no ano de 1994, com a cooperação da UNESCO, foi um dos movimentos que reconfirmou o que está garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que toda criança tem o direito à educação, todas sem exceção.

A Declaração de Salamanca promove a integração e a participação que são essenciais à dignidade humana, podendo assim desfrutar do exercício dos direitos humanos. A Lei de Diretrizes e Bases, da mesma forma que a Declaração de Salamanca, estabeleceu o acesso igualitário dos portadores de necessidades especiais à escola, ou seja, defende a escola inclusiva em salas regulares.

Todas as crianças devem aprender juntas [...] independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. (Declaração de Salamanca, 1994).

Na Declaração da Guatemala (1999), que é a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com deficiência, reafirmou que todas as pessoas

portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as outras pessoas. Entre esses direitos o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência. Tais direitos emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

No artigo II, da mesma Declaração, o objetivo proposto é prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar sua plena integração a sociedade.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva seria o meio eficaz para a construção da solidariedade entre as crianças com deficiência e os colegas de sala, da mesma maneira essa educação permitiria a socialização da vida em comunidade, além do acesso ao conhecimento.

Para tal, o objetivo desse trabalho, que está em fase inicial e desenvolvida nos moldes de uma pesquisa qualitativa, tendo como metodologia, no primeiro momento, a análise de documentos, leis que tratam dos Direitos Humanos e leituras da referida temática, posteriormente, realizaremos observação na escola para a verificação de como está acontecendo a inclusão desse setor social na verdade, visto que a estrutura da escola atual, em muitos casos, não os/as comporta fisicamente tampouco a formação do/a educador/a e do espaço pedagógico é suficiente para a realização da inclusão.

Além disso, a sociedade está longe de ser incluyente, por falta de uma concepção mais humanista, ou seja, ver e respeitar o outro com as diferenças. De acordo com a Oliveira (2003), na realidade, não se encontra um meio histórico onde o sujeito com deficiência seja encarado como membro integrante das diversidades sociais, biológicas, culturais e educativas.

Compreendendo que há direitos garantidos em termos legais e compromissos, internacionais de Direitos Humanos para os portadores de necessidades especiais a uma educação inclusiva, Oliveira (2003), aborda uma concepção diferenciada de escola na qual a aprendizagem é fundamentada, numa prática pedagógica inclusiva vivenciada pela administração quanto pelos alunos/as, funcionários/as e professores/as. Como decorrência, algumas mudanças significativas devem ocorrer na dinâmica da escola, na busca dessa nova consciência coletiva. Os processos pedagógicos de cada escola, devem estabelecer diretrizes que garantem a aprendizagem na heterogeneidade, a estrutura da escola deve proporcionar não uma educação homogênea, mas um ensinar que respeite as diferenças.

Conforme foi desenvolvida a política educacional de inclusão em geral, os alunos acabam sendo duplamente excluídos, tanto pela não integração social no espaço físico quanto pela falta de formação em educação inclusiva e especial, dos/as professores/as e profissionais da educação.

Tento como hipótese que a questão da inclusão dos portadores de necessidades especiais está relacionada com a própria estrutura social e política da sociedade, é necessário resgatar o processo que caracterizou o portador/a de deficiência num/a cidadão/ã, que tem direitos e deveres como qualquer outra pessoa que constitui a sociedade civil, além de observar se esses direitos estão sendo garantidos no processo de inclusão nas escolas.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. (05 de Outubro de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. D.F: Senado Federal.

———. Lei nº 9.394. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de Dezembro de 1996. D.O.U. Brasília, nº 248, 1996.

———. (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas de Educação Especial**. Brasília, D.F: corde.

BUENO, José G. Silveira. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**.- S.P: Educ, 1993, p.142.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA (1999), **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência**.

OLIVEIRA, Anna A. Sampaio de. Educação Inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência. MARQUEZINE, Maria Cristina [et. Al] (Org.). IN: **Inclusão**. - Londrina: Eduel, 2003, p. 33-43.

